

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a Casa José Coltro da Capital de São Paulo.

Art. 2º - Esta lei entrara em vigor na data de sua publ<u>i</u>

cação.

PROTOCOLO

REGISTRO GERAL LEGISLA

9/68 de 29, 9 / 1995

Autuado c/) O2 folhas

JUSTIFICAT PASMA

A Casa José Coltro, criada com o objetivo de dar assistência às famílias carentes da região de Campo Limpo em São Paulo, Capital, vem realizando um trabalho na área da educação, saúde, higiene, oferecendo cursos de instrução básica, instrução profissionalizante, para a população de baixa renda. Além disso, a entidade tem feito palestras ministradas por profissionais da área da saúde, educação, higiene, conduta moral, e mais recentemente sobre doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS.

A entidade preenche os requisitos estabelecidos na legislação estadual para o reconhecimento como utilidade pública.

Assim sendo, cabe-nos, como legisladores estaduais, reconhecê-la.

Sala das Sesses, em CÉLIA LEÃO

Divisão de Ordenamento Legislativo
Esta proposição contém
assinaturae

SDC, 28/9/199 5

Chefe de Seção

المية

TREGUE - SA EM:





Projeto de Lei nº 412, de 1993

Declara de utilidade pública a entidade que específica. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta: Art. 1? — É declarada de utilidade pública a Casa José Coltro da Capital de São Paulo. Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Casa José Coltro, criada com o objetivo de dar assistência às famílias carentés da região de Campo Limpo em São Paulo, Capital, vem realizando um trabalho na ărea da educação, saúde, higiene, oferecendo cursos de instrução básica, instrução profissionalizante, para a população de baixa renda. Além disso, a entidade tem feito palestras ministradas por profissionals da área da saúde, educação, higiene, conduta moral, e mais recentemente sobre doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS.

A entidade preenche os requisitos estabelecidos na legislação estadual para o reconhecimento como utilidade pública.

Assim sendo, cabe-nos, como legisladores estaduals, reconhecê-la.

Sala das Sessões, em 19-5-93.

a) Célia Leão